Adufop
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

LIBERDADE DE ENSINAR E APRENDER
POR EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICAS

UFOP

Conselho Universitário da UFOP rejeita Future-se

O Conselho Universitário da UFOP (CUNI) aprovou por unanimidade, na manhã desta terça-feira(21), o parecer redigido pela Comissão especial para análise sobre o Programa Future-se. O parecer indica a **REJEIÇÃO INTEGRAL** ao Programa, , uma vez que este, irremediavelmente, fere cláusulas constitucionais ao dispor o patrimônio das instituições federais de ensino, que é da União, que é da sociedade, entregando-o à iniciativa privada. A sessão extraordinária do CUNI foi realizada às 9h, no Auditório São João Del Rei, no Centro de Artes e Convenções da UFOP, em Ouro Preto. Também deliberou pela construção de uma comissão para convocar assembleias populares nos campi e na região.

O programa, anunciado em julho, pelo Ministério da Educação (MEC) prevê mudanças profundas não apenas na estrutura administrativa, como ainda na gestão orçamentária e no financiamento das instituições federais de ensino superior.

A moção foi proposta pela Comissão para análise e parecer sobre o Programa Future-se, com participação de docentes, estudantes e técnico-administrativo, além de representantes da ADUFOP, ASSUFOP e DCE-UFOP. A nota foi lida pelo representante da comissão, professor José Benedito Donadon e apreciada pelos presentes. Os membros se reuniram nos dias 1º, 8 e 15 de agosto para analisar o programa do Governo Federal.

A realização de assembleia populares da educação, outro ponto deliberado na sessão, serão construídos pelos mesmo membros da Comissão designada analisar o programa. O objetivo é criar um espaço no qual toda a população possa debater, deliberar e encaminhar medidas relacionadas ao ensino municipal, estadual e federal das cidades sedes da UFOP.

Na ocasião, o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, Professor Sérgio de Aquino, leu nota de apoio ao CNPq a qual foi aprovado pelos conselheiros. A moção faz uma crítica contundente à iminente possibilidade de suspensão de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de setembro deste ano.

A ADUFOP, em consonância com o ANDES-SN, já havia manifestado em Assembleia Geral da entidade (13/08), que o programa não possibilita debates sobre os seus pontos e deve ser rechaçado na íntegra porque fere o caráter público das universidades federais.

Comunidade Acadêmica participou da Sessão do CUNI - Larissa Lana/ADUFOP

A UFOP se junta às outras nove universidades cujos conselhos já rejeitaram o "Future-se". São elas: Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Amapá (Unifap); Universidade Federal do Rio Grande (Furg); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os órgãos emitiram moções de repúdio ao projeto.

Veja abaixo trechos do parecer aprovado:

"A Comissão considera que não cabe apontar pontos de fragilidade da proposta de Projeto de Lei, uma vez que faz entender que, se alteradas as cláusulas problemáticas, a proposta poderá ser aceita, mas isso não resolveria o conjunto de ingerências sobre a quebra da autonomia das universidades, mesmo porque lei parlamentar não pode modificar cláusulas constitucionais."

"A comissão delibera pela não adesão da UFOP e rejeita a proposta do governo, objetivando encaminhamentos com vistas à derrubada da proposta antes que ela se transforme em PL e, se chegar a ir ao Congresso Nacional como Projeto de Lei, que se abra uma frente de diálogo com os parlamentares, para a impedir que a proposta seja aprovada em plenário."

Para conferir o parecer completo completo, acesse o site da ADUFOP.

EDUCAÇÃO

CNPq suspende oferta de bolsas por falta de recursos

No dia 15 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) suspendeu a indicação de bolsistas por falta de recursos. Segundo nota divulgada pelo conselho, houve a sinalização de que "não haverá a recomposição integral do orçamento de 2019. Dessa forma, estamos tomando as medidas necessárias para minimizar as consequências desta restrição". O número de bolsas afetadas ainda não foi calculado.

Com isso, bolsas vinculadas a projetos ou instituições que ainda não foram destinadas aos estudantes estarão bloqueadas no sistema do CNPq. O mesmo ocorrerá com as bolsas que ficarem disponíveis, caso o bolsista conclua o curso, por exemplo. Ou seja, os professores não poderão indicar novos estudantes para ocupar essas vagas. .Mais de 80 mil pesquisadores em todo o Brasil podem ficar sem bolsa a partir do mês de setembro, caso o CNPq não consiga sanar, de imediato, um déficit de R$ 330 milhões no seu orçamento. O rombo é conhecido desde o início do ano, mas até agora não foi resolvido, e o dinheiro acaba nas próximas semanas.

O CNPq é a principal agência de fomento à ciência do governo federal, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Além de financiar projetos de pesquisa, o conselho apoia cerca de 84 mil bolsistas em universidades e institutos de pesquisa de todo o País. A lista inclui desde alunos de Iniciação Científica na graduação, com bolsas de R$ 400, até professores sêniores, com bolsas de Produtividade em Pesquisa, de até R$ 1.500 por mês.

Com informações Jornal da USP e ANDES-SN

NACIONAL

MP da liberdade econômica está em pauta no Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou que a casa irá votar hoje (21) a Medida Provisória (MP) 881/2019. A medida conhecida como MP da Liberdade Econômica ou Minirreforma Trabalhista, foi aprovada pela Câmara Federal no dia 13 de agosto. Os senadores tem até o dia 27 de agosto para apreciar. A proposta altera trechos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impõe ainda mais retrocessos à classe trabalhadora.

A MP está em vigor desde 30 de abril, quando foi publicada no Diário Oficial da União. O texto base foi aprovado na Câmara por 345 votos a favor, 76 contra e uma abstenção. A votação foi realizada em meio à tentativas da oposição de barrar a medida.

Fim do pagamento dobrado e das folgas aos domingos, camponeses sem descanso em épocas de safra, enfraquece a fiscalização de empresas. Mesmo os que forem preservados não estarão garantidos: ao tirar poder da fiscalização e dificultar a cobrança na Justiça. O texto abre caminho para a impunidade, facilitando o desrespeito à legislação. A medida foi apelidada de minirreforma trabalhista, por ter incorporado na Câmara uma série de mudanças relativas ao direito do trabalho.

ANDES SINDICATO NACIONAL CSP - CONLUTAS
Adufop ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFOP – SEÇÃO SINDICAL

EXPEDIENTE
Diretoria Gestão 2018-2020

Presidente: André Mayer
Vice-Presidente: Rodrigo Martoni
1ª Secretária: Cristina Maia
2ª Secretária: Amanda Nascimento
1ª Tesoureira: Kathiuça Bertollo
2º Tesoureiro: Joaquim Toledo

Tel: (31) 3551-5247 | adufop.comunicacao@gmail.com
R. Antônio José Ramos, 65 - Bauxita, Ouro Preto - MG

Jornalista: Larissa Lana - MTB 0021187/MG